

Metodologia do ciclo de política pública para melhoria do efeito-escola na educação básica pública

Methodology of the public policy cycle to improve the school effect in basic public education

Metodología del ciclo de políticas públicas para mejorar el efecto escuela en la educación básica pública

DOI: 10.55905/ijsmtv10n3-028

Originals received: 04/15/2024

Acceptance for publication: 05/20/2024

Marco Antonio Alves de Souza Junior

Mestre em Administração

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Endereço: Av. Bandeirantes, 3900, Vila Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP,
CEP: 14040-905

E-mail: msouzajr@usp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9687-1286>

Alexandre Pereira Salgado Junior

Doutor em Administração

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Endereço: Av. Bandeirantes, 3900, Vila Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP,
CEP: 14040-905

E-mail: asalgado@usp.br

Orcid <https://orcid.org/0000-0002-5206-9099>

Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy

Doutora em Administração

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Endereço: Av. Bandeirantes, 3900, Vila Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP,
CEP: 14040-905

E-mail: perla@usp.br

Orcid <https://orcid.org/0000-0001-9886-5341>

Mozart Neves Ramos

Doutor em Química

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Endereço: Av. Bandeirantes, 3900, Vila Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP,
CEP: 14040-905

E-mail: mozartnramos@gmail.com

Orcid <https://orcid.org/0000-0002-6062-3897>

Amaury Patrick Gremaud

Doutor em Economia

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Endereço: Av. Bandeirantes, 3900, Vila Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP,

CEP: 14040-905

E-mail: agremaud@usp.br

Orcid <https://orcid.org/0000-0002-2197-4168>

RESUMO

Apesar do incremento nos montantes financeiros, o desempenho educacional tem sido abaixo do esperado. A melhoria na educação depende não só da quantidade de recursos, mas da eficiência de seu uso. Dessa forma, este estudo propõe uma metodologia do ciclo de política pública que melhore o efeito escola da Educação Básica pública. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos em bases de dados acadêmicas bem como uma compilação de conhecimento adquirido pelo GREFIC por meio de Grounded Theory. Essas duas etapas de pesquisa resultaram em uma metodologia, dividida em quatro fases do ciclo de política pública: Identificação de Necessidades e Formação de Agenda, Formulação do Programa, Implementação e Avaliação e Monitoramento. Considerando a diversidade de contextos existente no cenário educacional brasileiro, essa metodologia mostra-se capaz de ser aplicada em diversas localidades com o intuito de aumentar o desempenho do efeito escola, adaptando-se a diferentes necessidades.

Palavras-chave: efeito escola, ciclo de políticas públicas, eficiência educacional, proposta de metodologia.

ABSTRACT

Despite the increase in financial amounts, or educational performance, it has been lower than expected. Better education depends not only on the quantity of resources, but on the efficiency of their use. In this way, this study proposes a methodology of the cycle of public policy that improves the school effectiveness of public Basic Education. For this, we have carried out bibliographic surveys in academic databases such as a compilation of knowledge acquired by GREFIC through Grounded Theory. These two stages of research resulted in a methodology, divided into four phases of the public policy cycle: Identification of Needs and Formation of the Agenda, Formulation of the Program, Implementation and Assessment and Monitoring. Considering the diversity of existing contexts in the Brazilian educational scene, this methodology shows that it is capable of being applied in various locations in order to increase the performance of school performance, adapting to different needs.

Keywords: school effect, public policy cycle, educational efficiency, methodology proposal.

RESUMEN

A pesar del aumento de los recursos financieros, los resultados educativos han estado por debajo de las expectativas. Las mejoras en la educación dependen no sólo de la cantidad de recursos, sino también de la eficiencia de su uso. Por ello, este estudio propone una

metodología de ciclo de políticas públicas para mejorar el efecto escuela de la educación básica pública. Para ello, se realizaron encuestas bibliográficas en bases de datos académicas, así como una recopilación de los conocimientos adquiridos por GREFIC a través de la Teoría Fundamentada. Estas dos etapas de investigación resultaron en una metodología dividida en cuatro fases del ciclo de políticas públicas: Identificación de Necesidades y Formación de la Agenda, Formulación de Programas, Implementación y Evaluación y Monitoreo. Considerando la diversidad de contextos que existen en el escenario educativo brasileño, esta metodología es capaz de ser aplicada en diferentes lugares con el objetivo de aumentar el rendimiento del efecto escuela, adaptándose a las diferentes necesidades.

Palabras clave: efecto escuela, ciclo de políticas públicas, eficiencia educativa, propuesta metodológica.

1 INTRODUÇÃO

Apesar do incremento nos montantes financeiros destinados à educação no Brasil desde 2001, o desempenho educacional tem sido abaixo do esperado, principalmente dos alunos de escolas públicas municipais (Brasil^b, 2020). A melhoria na educação depende não só da quantidade de recursos, mas da eficácia de seu uso (Silva; Giaretta, 2020; Cardoso Gomes; Bresciani; Amorim, 2016).

Além disso, o desperdício de recursos tem acentuado ainda mais a desigualdade brasileira na qualidade educacional (Rodrigues *et al.*, 2020). Os estados têm apresentado, ainda, constantes déficits fiscais, demandando dos formuladores de políticas educacionais eficiência no gasto público (López-Torres; Prior; Santín, 2019).

Nesse aspecto, o Brasil aponta dificuldades relacionadas aos gastos desnecessários na execução de políticas, decorrentes de má gestão e corrupção (Rodrigues *et al.*, 2020), da complexidade acentuada na coordenação de políticas educacionais em função da vasta extensão territorial (Moraes; Souza; Hamada, 2019) e da municipalização do ensino fundamental bem como as necessidades locais (Bernardo; Almeida; Nascimento, 2020).

Para resolver o problema da ausência de racionalidade na tomada de decisão pelo setor público (Silva *et al.*, 2020), diversos países têm adotado modelos baseados em evidências, considerado o maior modelo de modernização do setor educacional

(Altrichter *et al.*, 2020). Tal prática determina a criação de indicadores claros e bem definidos, capazes de verificar o cumprimento das metas estipuladas e avaliar as políticas (Estevão; Ferreira, 2018), permitindo a atuação conjunta de órgãos governamentais, gestores escolares e a participação ativa da sociedade (Najjar; Mocarzel; Morgan, 2020).

Diante desse contexto, tornam-se importantes metodologias de políticas públicas que aprimorem o desempenho educacional e sejam eficientes na alocação de recursos. Estudos que busquem o aprimoramento do Ensino Fundamental II tornam-se ainda mais urgentes, principalmente pelo baixo desempenho (Brasil^a, 2020; Cardoso Gomes, Bresciani e Amorim, 2016; De Sousa *et al.*, 2021), pela alta desigualdade (Bernardo; Almeida; Nascimento, 2020) e pela baixa aprovação dos alunos (Brasil, 2021). Dessa forma, o objetivo desta pesquisa será propor uma metodologia do ciclo de política pública que melhore o efeito escola da Educação Básica pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO

Apesar dos avanços dos últimos anos, o Brasil ainda possui uma educação deficitária e muito aquém do ideal, não somente quando comparado a países desenvolvidos, mas também em relação a seus pares (Silva; Giaretta, 2020; Bernardo; Almeida; Nascimento, 2020; Moraes; Souza; Hamada, 2019). O cenário agrava-se ainda mais quando considerada apenas a educação pública (majoritária no cenário nacional), seja em avaliações nacionais (Brasil^a, 2020) ou internacionais (Brasil^b, 2020).

A educação básica brasileira contemplou, no ano de 2020, um total de 47,3 milhões de matrículas. O ensino fundamental contemplou ainda 26,7 milhões de matrículas no mesmo ano (Brasil, 2021). Com aproximadamente 180 mil escolas, a rede pública é responsável por cerca de 60% destas, seguida pela rede privada com 22,9%. O ensino fundamental brasileiro, entretanto, apresenta diferentes realidades ao longo do vasto território, possuindo também, naturalmente, necessidades e desempenhos diferentes (Bernardo; Almeida; Nascimento, 2020).

As escolas municipais são também responsáveis pelo maior número de estudantes (68,1% das matrículas dos anos iniciais e 43% dos anos finais) (BRASIL, 2021). Essa concentração se dá, principalmente, à descentralização do ensino e a divisão da responsabilidade da educação ocorrida nos últimos anos (Cardoso Gomes; Bresciani; Amorim, 2016).

Embora tenha se acentuado a municipalização do ensino e a divisão da responsabilidade educacional, nota-se que a migração ainda está em andamento. E essa transferência de responsabilidade, principalmente quando não há o devido preparo, tende a criar problemas ou acentuar os já existentes. (Bernardo; Almeida; Nascimento, 2020).

Apesar dos avanços na melhoria dos indicadores, a educação brasileira ainda está longe da velocidade ideal para o cumprimento do planejamento traçado. Para que o resultado seja atingido, o cenário educacional precisa do desenvolvimento em diversas frentes, desde a gestão escolar e pedagógica até as políticas públicas de financiamento da educação.

2.2 TEORIA DA POLÍTICA PÚBLICA

A política pública pode ser conceituada de diferentes formas, de acordo com a ótica atribuída a cada pesquisador. Sem o objetivo de ser simplista, Agum; Riscado; Menezes (2015) definem a política como “o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (...) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou nos cursos dessas ações”.

Nesse mesmo sentido, Diógenes e Silva (2020) trazem o Ciclo da Política Pública como uma corrente teórico-metodológica dentro do Positivismo. Este ciclo pode ser visto como dinâmico e de constante aprendizado. Diversas são as subdivisões deste ciclo (Souza, 2006), entretanto, mais importante do que as categorizações das fases é o cumprimento dos itens necessários (Raeder, 2014; Parente, 2017).

A análise do ciclo de políticas públicas a partir de uma ou mais fases é uma opção metodológica e utilizado de forma a racionalizar o processo e sistematizar alguns elementos, facilitando o estudo e a análise. A partir do pressuposto de que a racionalidade norteia o processo de tomada de decisão, escolhe-se, diante de algumas alternativas, a

melhor baseada em critérios específicos para resolver determinado problema (Parente, 2017).

Nesse sentido, Raeder (2014) considera cinco fases no ciclo de políticas públicas: percepção e definição de problemas, formação da agenda decisória, formulação de programas, implementação das políticas e monitoramento e avaliação das ações. Entretanto, mais importante do que a sequência de fases é o entendimento das características específicas de cada estágio e suas interrelações (Raeder, 2014).

A identificação de problemas, dentro da primeira fase do ciclo da política pública, pode ocorrer por meio de indicadores (critérios técnicos) quanto decorrentes de situações de emergências (epidemias, catástrofes, etc.). A formação da agenda decisória deriva da percepção de relevância dos problemas por parte dos atores envolvidos com a política. Dessa forma, tanto a identificação de problemas quanto a formação de agenda são etapas que frequentemente andam juntas e, muitas vezes, torna-se difícil a separação.

A formulação do programa ou da política, etapa seguinte, norteará toda a implementação e pode possuir parâmetros específicos e detalhados ou ser mais genérico (de acordo com o conhecimento e a complexidade do problema), passando para a fase de implementação o detalhamento. E, por fim, a etapa de avaliação, que pode ocorrer antes, durante e/ou depois da implementação, utilizando parâmetros claros e que retroalimentem o ciclo durante as fases (Raeder, 2014).

E é justamente na fase de formulação e tomada de decisão que a atenção se concentra nos analistas, formuladores da política ou dirigentes públicos. Essa fase deve ser pautada pela racionalidade, objetividade e delimitação de objetivos e estratégias (Estevão; Ferreira, 2018). Porém, Silva *et al.* (2020) encontrou ausência de racionalidade cognitiva neste tipo de tomada de decisão, estas, frequentemente, sendo tomadas a partir dos interesses dos detentores de cargos públicos ou grupos de interesse, ao invés de atender ao interesse do público em geral.

O processo de implementação de políticas públicas é tido como uma das principais, se não a principal, causa de insucesso dos governos em relação aos objetivos propostos, pré-definidos na formulação da política (Silva e Melo, 2000). Não raramente há casos de elaboração de política pública com falha na implementação ou sem cumprimento dos objetivos esperados.

A implementação de políticas públicas em ambientes complexos (tais como no contexto educacional) requer uma proximidade muito grande entre os formuladores e os atores de implementação. Lotta *et al.* (2021) evidencia essa situação no Brasil, aonde políticas elaboradas em esferas federais tiveram implementação simbólica e baixa capacidade de ação nas esferas estaduais. Entre os fatores de insucesso, os autores apontam diferentes contextos em cada localidade, e, conseqüentemente, resultados diferentes de implementação.

Na etapa de monitoramento e avaliação ocorre a conferência se o programa formulado está sendo implantado conforme planejado e se a política, uma vez implantada, obteve resultados satisfatórios. Avaliar o grau de implementação de uma política é um aspecto fundamental na educação. Interpretar a eficácia dos resultados depende de quais aspectos foram implementados e da qualidade dessa implementação (Van Kuijk; Mullender-Wijnsma; Bosker, 2021).

A etapa de avaliação, que pode ocorrer antes, durante e/ou depois da implementação, utilizando parâmetros claros e que retroalimentem o ciclo durante as fases (Raeder, 2014). Nesse sentido, Trevisan e Bellen (2008) destacam as avaliações antes, a avaliação intermediária e a avaliação posterior. A avaliação antes busca analisar custo-benefício, custo-efetividade, taxa de retorno econômico, entre outros indicadores com características de viabilidade do projeto.

A avaliação intermediária, ou avaliação formativa, ocorre enquanto o processo de implementação está acontecendo, fornecendo informações importantes sobre o processo de aprendizagem, bem como melhorar a gestão e o desenvolvimento da política proposta. E a avaliação posterior são aquelas de características ex-post, ou seja, realizadas ao término da implementação do programa, buscando compreender os impactos e a eficácia do programa público.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

A elaboração de políticas públicas na esfera educacional pode ser vista como uma reforma, a nível nacional ou não, que pretende introduzir, implementar ou alterar políticas que afetem o sistema educacional (Tobin; Nugroho; Lietz, 2016). O planejamento de tais

políticas, entretanto, apresenta problemas relacionados a dois grupos extremos de planejadores: os tecnocratas com o modelo economicista da Educação e os educadores, que abrem mão de planejamento efetivos por carecerem de técnicas para tal (Najjar; Mocarzel; Morgan, 2020).

Martins (2013) aponta para uma escassez de trabalhos que utilizem metodologias adequadas, capaz de avaliar a educação diante da complexidade dos seus processos, gerando estudos que restringem a ampliação do conhecimento.

Ball (1992) destaca que as políticas tem efeitos esperados e inesperados na a educação, de acordo com o contexto social que estiver inserida. Com diversos países em situação de déficit fiscal, os formuladores de políticas educacionais têm se preocupado não apenas com o resultado esperado (*Actual Policy* e *Policy-in-use*) (BALL, 1992), mas também com o gasto público estimado nas políticas formuladas (López-Torres; Prior; Santín, 2019).

As políticas públicas educacionais devem definir prioridades, canalizar esforços e recursos para sua execução, com uma atuação conjunta de órgãos governamentais, gestores da rede de ensino e participação ativa da sociedade (Najjar; Mocarzel; Morgan, 2020). Entretanto, os estudos em políticas educacionais demonstram a ausência de articulações aprofundadas com os objetos educacionais alvo das políticas, sejam escolas, secretarias ou outros órgãos. Prevalece, neste tipo de formulação, as negociações e conflitos, sempre relacionados a aspectos políticos, sendo a análise do contexto e do cenário existente utilizada somente em momentos iniciais da formulação (Martins, 2013).

No Brasil, especificamente, há uma complexidade acentuada no controle e na coordenação política educacional, ocorrida em função da vasta extensão territorial (Moraes; Souza; Hamada, 2019). Percebe-se, no cenário brasileiro, uma dificuldade na coordenação e execução de políticas públicas capazes de, efetivamente, melhorar o ensino.

3 MÉTODO DA PESQUISA

Com o objetivo de propor uma metodologia do ciclo de política pública baseada em evidência que melhore o efeito escola da Educação Básica pública, este estudo

apresenta um método replicável e capaz de atender a uma demanda brasileira, elaborando um ciclo de política pública educacional que busque melhorar o efeito escola. A metodologia proposta permite avaliar o desempenho escolar e direcionar políticas voltadas as necessidades individuais de cada escola, tornando a implementação mais racional, eficiente e assertiva.

Para a execução do objetivo proposto, portanto, fez-se necessários dois grandes pilares: levantamento bibliográfico sobre os principais temas da pesquisa e utilização dos trabalhos anteriores do GREFIC como *Grounded Theory*. Além disso, este estudo propõe a metodologia a partir de dois grandes eixos teóricos, sendo eles: (i) Educação e (ii) Teoria da Política Pública.

Para análise destes aportes teóricos, o estudo contou com um levantamento bibliográfico realizado nas principais bases científicas, a saber Scopus, Web of Science e Eric. Ademais, foram utilizadas pesquisas de conhecimento prévio dos autores, bem como o método de snowballing nos artigos selecionados. Esse conjunto de buscas, bem como as pesquisas realizadas pelo GREFIC, compuseram o referencial teórico e a própria metodologia proposta.

O Grupo de Estudos em Eficiência (GREFIC) realiza pesquisas científicas e está vinculado a FEA-RP, na Universidade de São Paulo (USP). Este tem se dedicado, por mais de 10 anos, a avaliação educacional e identificação de fatores explicativos, focados no ensino fundamental II. Os trabalhos envolveram estudos de campo em municípios do Brasil todo, bem como estudos em Portugal e Estados Unidos. A partir da identificação de fatores explicativos do desempenho de escolas do ensino fundamental II, o grupo passou a acumular um conhecimento sobre a gestão educacional, através de um método indutivo com elementos de *Grounded Theory* (Petrini e Pozzebon, 2009).

Sob essa ótica, este estudo trata-se, portanto, de um avanço no conhecimento acumulado e aprendido pelo grupo, trazendo, além dos levantamentos bibliográficos, elementos resultantes de informações obtidas a partir dos trabalhos realizados no grupo de pesquisa, resumidos no Quadro 1.

Quadro 1 - Resumo dos trabalhos do GREFIC

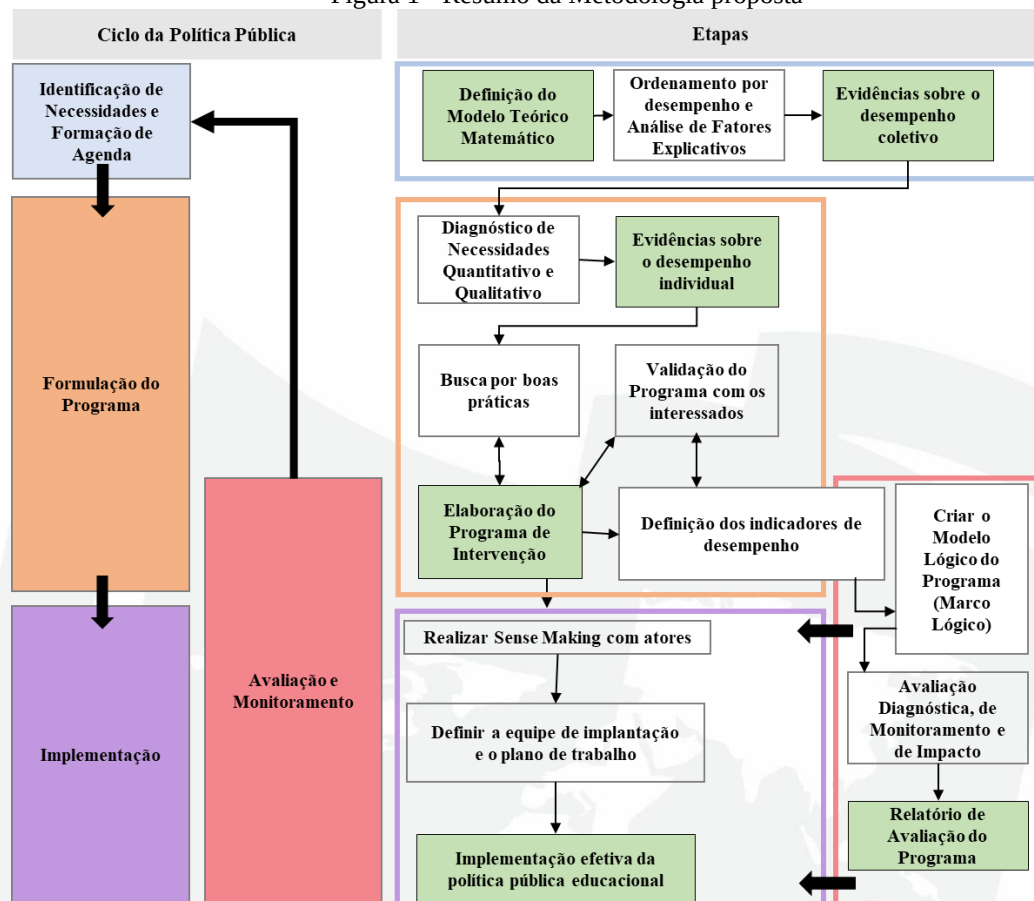
Autor	Ano	Tipo de estudo	Abrangência do estudo	Nº de escolas visitadas	Âmbitos de análise	Referência
Alexandre Pereira Salgado Junior	2013	Tese de Livre Docência	Nacional (Brasil)	7 eficientes 3 ineficientes	-Gestão da SME -Gestão do Diretor -Pedagógica	Salgado Junior (2013)
Jonas Ferreira	2015	Dissertação de Mestrado	Estadual (São Paulo)	5 eficientes 5 ineficientes	-Gestão do Diretor -Pedagógica	Ferreira (2015)
Eduardo Hallak Regalo	2016	Iniciação Científica	Estadual (São Paulo)	4 eficientes 4 ineficientes	-Gestão da SME -Gestão do Diretor	Hallak Regalo (2016)
Felipe Furlan Soriano	2017	Tese de Doutorado	Estadual (Ceará)	4 eficientes 4 ineficientes	-Gestão da SME -Gestão do Diretor -Pedagógica	Soriano (2017)
Rafael Povedano	2019	Dissertação de Mestrado	Estadual (São Paulo)	2 eficientes 2 ineficientes	-Gestão da SME -Gestão do Diretor -Pedagógica	Povedano (2019)
Ornella Pacífico	2019	Tese de Doutorado	Estadual (São Paulo)	4 eficientes 4 ineficientes	-Gestão da SME -Gestão do Diretor -Pedagógica	Pacífico (2019)
Maurílio Benite	2020	Tese de Doutorado	Estadual (São Paulo)	4 eficientes 4 ineficientes	-Gestão da SME -Gestão do Diretor -Pedagógica	Benite (2020)
Yago Silveira Marinzeck Santos	2021	Dissertação de Mestrado	Internacional (Brasil e Portugal)	3 brasileiras eficientes 3 portuguesas eficientes	-Gestão da SME -Gestão do Diretor -Pedagógica -Aluno, família e comunidade -Infraestrutura escolar	Marinzeck Santos (2021)

Fonte: Adaptado de Marinzeck Santos (2021).

4 RESULTADOS

Conforme abordado no referencial teórico, o ciclo de política pública pode ser dividido em diversas etapas, sob nomenclaturas específicas (Souza, 2006; Raeder, 2014). Mais importante do que as subdivisões da política (Raeder, 2014), uma vez que esta é considerada apenas para efeitos metodológicos (Parente, 2017), é o cumprimento dos itens necessários a uma política pública. Neste sentido, este estudo subdivide a proposta do ciclo político em 4 fases, sendo elas: Identificação do Problema e Formação de Agenda, Formulação do Programa, Implementação da Política e Avaliação e Monitoramento. Com o intuito de elucidar a proposta e facilitar o entendimento e a visão sistêmica, a Figura 1 apresenta o método proposto.

Figura 1 - Resumo da Metodologia proposta



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Na coluna da esquerda estão exibidas as fases do ciclo da política pública referente a cada grupamento de etapas metodológicas. Essa segmentação, embora apenas de efeito metodológico, auxilia no planejamento e monitoramento da política que será elaborada, implementada e avaliada. Destaca-se ainda que essas etapas, assim como o próprio conceito, formam um ciclo, retroalimentando o próprio modelo e aprimorando, a partir dos resultados obtidos.

Ademais, o modelo conta ainda com a confiabilidade pautada no uso de evidências, conforme amplamente destacado na literatura. As evidências estão presentes na Identificação de Necessidades e Formação de Agenda, exibindo fatores que afetam o efeito escola; na Formulação do Programa, com a coleta de evidências individuais acerca da situação do município; bem como na Implementação e Avaliação da política, através da coleta de dados (quanti e qualitativos), seja antes, durante ou após a execução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a demanda brasileira por uma eficiência no setor educacional, este trabalho teve como objetivo propor uma metodologia do ciclo de política pública que melhore o efeito escola da Educação Básica pública. Para tanto, o estudo contou com a literatura já existente bem como com o conhecimento adquirido do GREFIC nas análises de eficiência escolares.

O modelo proposto, portanto, sistematiza uma metodologia para construção de melhorias educacionais pautada no ciclo de política pública. O método é composto pelas fases de Identificação de Necessidades e Formação de Agenda, Formulação do Programa, Implementação e Avaliação e Monitoramento. A partir dessa estrutura, este torna-se replicável a diversidade escolar existente no Brasil sem perder a capacidade de adequação às necessidades locais de cada escola.

Tido como um modelo teórico, sugere-se que pesquisas futuras façam a aplicação e validação do modelo, preferencialmente por meio de pesquisa-ação. A partir da aplicação, será possível retroalimentar o modelo, aprimorando as suas fases e ferramentas.

REFERÊNCIAS

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015.

ALTRICHTER, H.; GAMSJÄGER, M.; PLAIMAUER, C.; PRAMMER-SEMMLER, E.; STEINER, R.; ZUBER, J.; HANDSCHUC, L. Making sense of evidence-based governance reforms: an exploratory analysis of teachers coping with the Austrian performance standard policy. **Leadership and Policy in Schools**, p.1-21 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/15700763.2020.1791906>

BALL, S. J. Subject departments and the ‘implementation’ of national curriculum policy: An overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p. 97–115, 1992.

BENITE, M. **Boas práticas administrativas e pedagógicas que contribuem para o desempenho em Matemática dos alunos do Ensino Fundamental II de escolas públicas municipais**: análise de dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e pesquisa exploratória em municípios de nível socioeconômico elevado. 2020. Tese (Doutorado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

BERNARDO, J. S.; ALMEIDA, F. M. DE; NASCIMENTO, A. C. C. Qualidade geral da educação municipal e as influências dos gastos públicos. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, p. 23, 2020.

BRASIL^a. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

BRASIL^b. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasil no Pisa 2018 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2020: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2021.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G.; SUDANO, A. D. C. G. P. O estudo da agenda governamental: Reflexões metodológicas e indicativos para pesquisas. Encontro Anual da ANPOCS, p. 1–43, 2015.

CARDOSO GOMES, M. H. S.; BRESCIANI, L. P.; AMORIM, W. A. Políticas sociais, educação e desenvolvimento econômico: busca por evidências correlacionais a partir

das avaliações do Ideb de três municípios paulistas. **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n. 94, 2016.

DE SOUSA, M. G. et al. Uma análise da eficiência dos gastos públicos com educação nos municípios do Estado do Amazonas no período de 2013 a 2017. **Revista Ambiente Contábil**, v. 13, n. 1, p. 222–243, 2021.

DIÓGENES, E. M. N.; SILVA, R. Políticas públicas de educação no Brasil: epistemologias. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 27912–27929, 2020.

ESTEVÃO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **Holos**, v. 3, p. 168–185, 2018.

FERREIRA, J. **Boas práticas administrativo-pedagógicas que colaboram para o desempenho dos alunos de escolas municipais do ensino fundamental do estado de São Paulo no IDEB**. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

GOBBI, B. C. et al. Good management improves school performance, but what do we know about the effect of management complexity in this relationship? **Ensaio**, v. 28, n. 106, p. 198–220, 2020.

HALLAK REGALO, E. et al. Melhores Práticas que Podem Contribuir para o Desempenho dos Alunos Brasileiros do Ensino Fundamental. **Revista Meta: Avaliação**. v. 8, n. 22, p. 1-28, 2016.

LÓPEZ-TORRES, L.; PRIOR, D.; SANTÍN, D. Assessing the effect of educational programs on public schools' performance. **Applied Economics**, v. 51, n. 48, p. 5205–5226, 2019.

LOTTA, G. S. et al. Effects of changes in a multi-level implementation context: Analysis of the brazilian high school reform. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 2, p. 395–413, 2021.

MARINZECK, Y. S. S. Boas práticas administrativo-pedagógicas que impactam no desempenho dos alunos no ensino fundamental: um estudo quali-quantitativo em escolas públicas no Brasil e em Portugal. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – USP, Ribeirão Preto, 2021

MARTINS, A. M. O campo das políticas públicas de educação: uma revisão da literatura. **Estudos em avaliação educacional**, v. 24, n. 56, p. 276–299, 2013.

MORAES, N. R. DE; SOUZA, F. DA C.; HAMADA, C. DOS S. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: recorte a partir de uma revisão bibliográfica sistemática. **Revista Observatório**, v. 5, n. 4, p. 670–709, 2019.

NAJJAR, J.; MOCARZEL, M.; MORGAN, K. The Municipal Plans of Education of the State of Rio de Janeiro: a mapping of goals, strategies and challenges. **Ensaio**, v. 28, n. 109, p. 1033–1053, 2020.

PACIFICO, O. Proposta de práticas administrativo-pedagógicas para escolas municipais brasileiras de ensino fundamental II com alto nível socioeconômico. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia Administração e Contabilidade – USP, Ribeirão Preto, 2019.

PARENTE, C. DA M. D. Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 2, p. 415–434, 2017.

PETRINI, M.; POZZEBON, M. Usando Grounded Theory na construção de modelos teóricos. **Revista Gestão e Planejamento**, V. 10, nº. 1, p. 1-18, 2009.

POVEDANO, R. Práticas administrativas e pedagógicas para a melhoria de leitura e escrita: um estudo em escolas municipais de ensino fundamental II. Dissertação De Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-RP), Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2019.

RAEDER, S. Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. VII, n. 13, p. 121–146, 2014.

RODRIGUES, D. S. et al. Corrupção e má gestão nos gastos com educação: fatores socioeconômicos e políticos. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 2, p. 301–320, 2020.

SALGADO JUNIOR, Alexandre Pereira. **Proposta de metodologia para identificação de fatores que possam influenciar no desempenho de alunos de escolas municipais do ensino fundamental em testes padronizados de avaliação em larga escala**. 2013. 334 f. Tese (Livre-docência – Área de concentração: Produção) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

SILVA, T. L. B. et al. A TOMADA DE DECISÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: revisão integrativa. **Humanidades E Tecnologia (Finom)**, v. 19, n. 1, p. 239–247, 2020.

SILVA, P. A.; GIARETA, P. F. O Financiamento Da Educação E O Pne: Implicações E Desafios Para a Meta 20 Do PNE. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, 2020.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Campinas: Unicamp – Núcleo de Estudos e Políticas Públicas – NEPP, 2000. (Caderno nº 48). Disponível em <<https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/143/CadPesqNepp48>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

SORIANO, F. F. **Proposta de práticas administrativo-pedagógicas que colaborem para o desempenho das escolas municipais do ensino fundamental, de baixo nível socioeconômico, no IDEB: um estudo multicaso no estado do Ceará (CE)**. 2017. 352 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20–45, 2006.

TOBIN, M.; NUGROHO, D.; LIETZ, P. Large-scale assessments of students' learning and education policy: synthesizing evidence across world regions. **Research Papers in Education**, v. 31, n. 5, p. 578–594, 2016.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529–550, 2008.

VAN KUIJK, M.; MULLENDER-WIJNSMA, M.; BOSKER, R. A Systematic Review of Studies Addressing the Implementation of the Evidence-Based Whole-School Reform “Success for All”. **ECNU Review of Education**, v. 4, n. 1, p. 128–163, 2021.